

COTAS RACIAIS NA UFPEL: DESDOBRAMENTOS DE UM PROJETO AFIRMATIVO

AMANDA MEDEIROS OLIVEIRA¹; **GUSTAVO DOMINGUES RODRIGUES²**;
ALESSANDRA GASPAROTTO³

¹*Universidade Federal de Pelotas – littiejoy@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – gustavo.historiaufpel@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A presente produção tem por objetivo fazer uma discussão teórico-metodológica sobre as ações que vem sendo realizadas no projeto de extensão “Cotas: um diálogo afirmativo entre a universidade e a escola”, contextualizando inicialmente este e desenvolvendo em seguida um diálogo entre as ações já realizadas com o aporte teórico específico.

A Lei nº 12.711 de agosto de 2012 “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio” (BRASIL, 2012, p.1), implementando a política de cotas sociais e raciais para estes ingressos. A Lei determina que 50% das vagas de cada curso – em todos turnos – das instituições federais de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação sejam reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. Incluso neste percentual a lei garante uma reserva de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas “em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (BRASIL, 2012, p.1).

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) passou a adotar o sistema de cotas no ano seguinte a sanção da Lei 12.711/12 pela Presidência da República, tornando esta efetiva, portanto, no ano de 2013. Nesse contexto, destacamos a importância da militância de coletivos negros, movimentos sociais e núcleos de pesquisa na linha étnico-racial, que propuseram e acompanharam como se deu a implementação da lei, cobrando políticas que visassem a permanência dos cotistas na Universidade, haja visto que tão somente o acesso ao Ensino Superior não é o suficiente.

Conforme o aferido por estes grupos no ano de 2014 na UFPel muitas das vagas destinadas para as categorias L2 – candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas – e L4 – candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas – não eram preenchidas. Seja pela falta de informação ou pela rejeição que os meios de comunicação tratam a questão das cotas e ações afirmativas convertendo a questão em um simples debate de prós e contras.

A partir dessa problemática, o projeto “Cotas: um diálogo afirmativo entre a universidade e a escola” teve início em março de 2015 com o objetivo de divulgar as políticas de ações afirmativas e cotas nas escolas de ensino básico, junto a estudantes de Ensino Fundamental e Médio. A articulação junto aos professores da rede pública municipal – de Pelotas e região – e estadual, com o intuito de promover a educação anti-racista é uma das metas do projeto. Outra ação muito importante é a instrumentalização de professores.

Desmistificar a falsa ideia de que vivemos em um país onde todos possuem as mesmas oportunidades e a “democracia racial” prevalece, além de trazer a reflexão de que mesmo vivendo em um país possuidor de diferenças culturais, as desigualdades não são naturais, e sim construídas a partir da materialidade e do simbólico, é uma das metas do projeto. Neste sentido concordamos que,

“[...] mais importante do que se posicionar contra ou a favor, às políticas de ações afirmativas em vigor, é preciso compreender os contextos históricos, sociais e políticos que permitiram e/ou favoreceram a emergência dessas reivindicações; levando em conta, os impactos dessas políticas no campo científico, das políticas públicas e da nacionalidade brasileira” (SILVÉRIO, 2002 apud JESUS, 2011, p. 17)

2. METODOLOGIA

O projeto é desenvolvido a partir de três âmbitos: pedagógico, político-cultural e burocrático (o fazer de fato e os caminhos), envolvendo todos os atores participantes: estudantes, professores da rede pública e gestores/servidores da escola. Além de desenvolver ações de formação junto aos professores da rede pública municipal e estadual relacionadas a Lei 11645/08¹ as políticas de ações afirmativas e cotas. Os professores da rede pública e gestores/servidores da escola estão presentes, enquanto atores fundamentais, por isso participam durante todo o processo, na sua construção, desenvolvimento e avaliação a cada final de etapa.

Foram criados Grupos de Trabalho (GTs), para a melhor organização do projeto. O GT de Ensino Fundamental, é responsável por pensar as ações para as oitavas séries/nonos anos, em relação às cotas para ingresso nos Institutos Federais, e processo do Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE). O GT de primeiros e segundos anos do Ensino Médio, é responsável por prever e elaborar ações, além de propor materiais didáticos, oficinas e atividades de discussão sobre racismo, ações afirmativas, intolerância religiosa, diversidade e direitos humanos. O GT de terceiros anos do Ensino Médio, é responsável por organizar ações voltadas à instrumentalização dos alunos de terceiro ano para o acesso das cotas via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). E o GT de Divulgação, que é responsável pela elaboração dos materiais utilizados nas atividades, bem como pela gestão das páginas do projeto nas redes sociais e pela produção de banners, folders e cartazes informativos.

No início do primeiro semestre, por uma escolha estratégica, uma das primeiras medidas do projeto foi a realização do “Mutirão ENEM”, um apanhado de oficinas em 10 escolas municipais e estaduais no período de inscrições para o ENEM, visando atender fundamentalmente, estudantes do 3º ano do Ensino Médio. O objetivo dessas oficinas era ir além do debate “polêmico” sobre as cotas, defendê-las como um direito e como reparação histórica, além de explicar o funcionamento das cotas, mobilizá-los(as) e instrumentalizá-los(as) para o acesso das cotas na inscrição do ENEM.

As oficinas são organizadas em três partes: a primeira ação constitui-se numa sensibilização, na qual estudantes cotistas e/ou estudantes negros, indígenas ou membros de movimentos sociais falavam sobre as suas experiências e trajetória de vida, afim de promover uma identificação do aluno com o palestrante. Posteriormente um membro do projeto explica a questão das cotas e faz uma pequena abordagem em relação a necessidade histórica destas,

¹ A lei determinada a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura africana e dos povos indígenas no Brasil no ensino fundamental e do ensino médio.

através da apresentação de *slides* e vídeos. Ao final destas duas etapas era aberto um espaço para os questionamentos dos alunos.

Por fim ainda foram colocados murais nas escolas que receberam as caravanas do projeto, com o intuito de que os alunos opinassem de forma anônima – ou não – sobre as cotas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As escolas contempladas no primeiro semestre foram: Instituto de Educação Assis Brasil, Colégio Municipal Pelotense, Desafio Pré-Vestibular, ambas com duas oficinas, para abranger turnos diurno e noturno. Também a Escola Estadual Ginásio do Areal, a Escola Municipal Francisco Caruccio e a Escola Estadual de Ensino Médio da Colônia de Pescadores Z3, nas quais foi realizada uma oficina em cada instituição. A partir da realização destas oficinas foi possível levar até aos espaços educacionais contemplados o debate em relação às políticas afirmativas e de reparação. Inicialmente os estudantes eram instigados a externarem sua opinião acerca destas políticas, respondendo de forma oral a questão “o que tu pensas sobre as cotas?”.

Observamos que os estudantes contrários a estas políticas eram os primeiros a se manifestar. Boa parte deles expressos de seus lugares de classe e/ou de pertencimento racial (JESUS, 2011), entre estes, o principal argumento era de que deveriam existir apenas cotas sociais, alegando que as cotas raciais não eram necessárias, tendo em vista que todos os seres humanos possuiriam a mesma capacidade, independente de diferenças raciais. Segundo Rodrigo de Jesus,

Generalizado no nosso cotidiano (nas relações sociais, nas instituições sociais, nas instituições escolares, etc.), esse tipo de *racismo à brasileira*, que, ao se revelar, se nega, desenvolveu-se ao longo das últimas décadas, sob os auspícios e/ou a convivência das instituições escolares. (JESUS, 2011, p. 168)

Os posicionamentos favoráveis também surgiram, estes eram, em sua maioria, fundamentados na explicação histórica de que as comunidades negras sofreram – e sofrem – desde que foram traficados(as) das Áfricas para o Brasil. Assim, concordamos com Petronilha Gonçalves e Silva quando afirma que:

[...] o desconhecimento das experiências de ser, viver, pensar e realizar de índios, de descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, faz com que ensinemos como se vivêssemos numa sociedade monocultural. Isto nos torna incapazes de corrigir a ilusão da democracia racial, de vencer determinações de sistema mundo centrado em cosmovisão representativa de uma única raiz étnico-racial. Impede-nos de ter acesso a conhecimentos de diferentes origens étnico-raciais, e ficamos ensinando um elenco de conteúdos tido como o mais perfeito e completo que a humanidade já teria produzido. (SILVA, 2007, p. 501)

Também aferimos o que de fato os alunos sabem em relação às cotas. Após questionar o que estes pensavam a respeito destas políticas, os alunos foram encorajados a falar a sobre a lei das cotas. Os resultados vão ao encontro do evidenciado a partir da questão anterior: a grande maioria era embasada em ideias conservadoras, calcada por informações superficiais repletas de preconceitos raciais já estabelecidos.

A partir destes primeiros contatos, depois da apresentação detalhada da lei, da contextualização histórica, da necessidade destas políticas de reparação, foram observadas algumas alterações na fala dos alunos. Os contrários,

geralmente passavam do tom determinista para um tom mais interrogativo, buscando informar-se melhor em relação a lei. Os alunos que eram favoráveis também sentiam-se mais à vontade para manifestar as suas dúvidas em relação ao acesso às cotas.

4. CONCLUSÕES

A partir das oficinas desenvolvidas pelo projeto “Cotas: um diálogo afirmativo entre Escola e Universidade” foi possível levar até o público alvo – estudantes dos últimos anos da educação básica de escolas públicas – um debate qualificado em relação ao acesso às ações afirmativas e políticas de cotas. Neste sentido, a aplicação do projeto auxiliou no preparo destes estudantes para a inscrição no ENEM, instrumentalizando-os para acessar as cotas de maneira adequada.

A preocupação em colocar em pauta questões, *a priori*, complexas, como a meritocracia, frequentemente cercadas de opiniões antecipadas e baseadas em ideias conservadoras, é um dos avanços proporcionados pelo projeto. Ao fomentar estes debates entre os estudantes contribuímos para a desconstrução de (pre)conceitos estabelecidos a partir de informações distorcidas ou mal intencionadas, que comumente são vinculadas nas mais diversas esferas.

Surgiram dúvidas sobre as formas de utilização da plataforma informatizada do ENEM/SISU, o que fez com que membros do projeto se mobilizassem para aprender os caminhos formais das inscrições dos(as) estudantes.

Em meio ao processo, fomos à comunidade quilombola Rincão do Quilombo, onde estavam presentes alguns alunos(as) da Escola Estadual de Ensino Médio Adão Pretto, na oportunidade foram apresentadas informações iniciais sobre a política de cotas, o que gerou uma nova demanda junto a essa escola.

O projeto, que está em fase inicial, poderá sofrer novos desdobramentos, dependendo do fazer de fato e dos caminhos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Online. Acessado em 24 jun. 2015. Online. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

JESUS, R. E. **Ações afirmativas, educação e relações raciais : conservação, atualização ou reinvenção do Brasil?** 2011. 277 f. Tese – (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-graduação: Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais,

JESUS, R. E. Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: lutas por redistribuição e reconhecimento. **Paidéia** (Belo Horizonte), v. VIII, p. 151-173, 2012.

SILVA, P. B. G. e . Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação** (Porto Alegre), v. 30, p. 489-506, 2007.

UFPEL. **Definidas as vagas de cada curso para 2015.** Coordenação de comunicação social. Pelotas, 3 dez. 2014. Manchete. Acessado em 22 jul. 2015. Online. Disponível em: <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2014/12/03/definidas-as-vagas-de-cada-curso-para-2015/>